

Sábado

08-10-2015

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 2100

Imagem: S/Cor

Página (s): 36 a 38

RICHARD SUSSKIND
 “Muitas tarefas dos advogados serão feitas por máquinas”

Entrevista

O advogado e conferencista britânico trabalha há mais de 30 anos na área da advocacia digital. Colabora com o Governo inglês na informatização dos tribunais. Avisa: a profissão, tal como se conhece, vai desaparecer. Por **Lucília Galha**

RICHARD SUSSKIND

“Muitas tarefas dos advogados serão feitas por máquinas”

P primeira provocação: assim como a doença não existe para dar emprego aos médicos, a lei não existe para dar emprego aos advogados. Segunda: a tecnologia e a pressão do mercado farão com que os advogados sejam cada vez menos necessários. Mais uma: num futuro próximo serão as próprias pessoas a defenderem-se em tribunal, e haverá situações em que nem precisarão de comparecer fisicamente, porque tanto o processo como a deliberação do juiz acontecem no mundo virtual. O autor destas afirmações controversas é o advogado escocês Richard Susskind, 54 anos, que estará em Portugal no próximo dia 13, como orador principal da Legal Grand Conference 2015 – uma conferência sobre o futuro das profissões jurídicas, que terá lugar no Centro de Congressos do Estoril. Numa entrevista por *email* à **SÁBADO**, o conferencista fala da existência de programas que já conseguem prever o desfecho de decisões jurídicas e de outros que elaboram documentos legais, em poucos minutos (quando dantes eram precisas horas). Já sobre alguns dos temas mais mediáticos da actualidade, como o escândalo da Volkswagen, Susskind não quis co-

P
“Se as empresas de contabilidade dão a mesma ajuda por metade do preço, então os advogados terão de lutar pela sua sobrevivência”



Mulheres

Cerca de 60% da classe de advogados em Portugal são, há dez anos, mulheres

mentar: “Prefiro não responder a perguntas sobre as quais não sou especialista.”

Como serão os advogados do futuro?

Nos próximos cinco anos, muito do trabalho de rotina dos advogados começará a ser feito de outras maneiras, através de empresas de *outsourcing*, *offshoring* (contratação de serviços externos noutros países), centros de serviços *low-cost* e sistematização. Em 2020, as máquinas serão mais capazes, e cada vez mais serviços legais serão computadorizados. Os advogados vão tornar-se gestores de riscos legais, gestores de projectos legais e engenheiros do conhecimento legal (serão eles que vão projectar os sistemas de aconselhamento e de documentos *online*).

No seu último livro, *Tomorrow's Lawyers (Os Advogados do Amanhã, 2013)*, diz que a profissão pode estar em vias de extinção tal como a conhecemos hoje. O que quer dizer com isso?

A longo prazo, muitas tarefas dos advogados serão feitas de forma autónoma por máquinas, por profissionais com o apoio de sistemas informáticos ou directamente

pelos próprios clientes, através de um *software*.

Acredita que um computador, ou *software*, pode substituir o trabalho jurídico?

Essa mudança não acontecerá do dia para a noite. Mas, à medida que o tempo for passando, as máquinas/sistemas assumirão cada vez mais tarefas legais. O que restará aos advogados em 2025? O meu palpite: um trabalho que exija imensa criatividade e serviços que precisem de contacto interpessoal.

As suas ideias têm gerado alguma polémica. Tem recebido críticas aceras?

As pessoas costumam dizer que estou errado, mas os maiores escritórios de advogados do mundo levam as minhas ideias muito a sério, convidam-me para conferências e lêem os meus livros.

Diz que “assim como a doença não existe para dar emprego aos médicos, a lei não existe para dar emprego aos advogados”. O que quer exactamente dizer com isto? O Direito não existe para garantir um meio de subsistência aos advogados ou, por outras palavras, os advogados não têm privilégio sobre

Sábado

08-10-2015

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

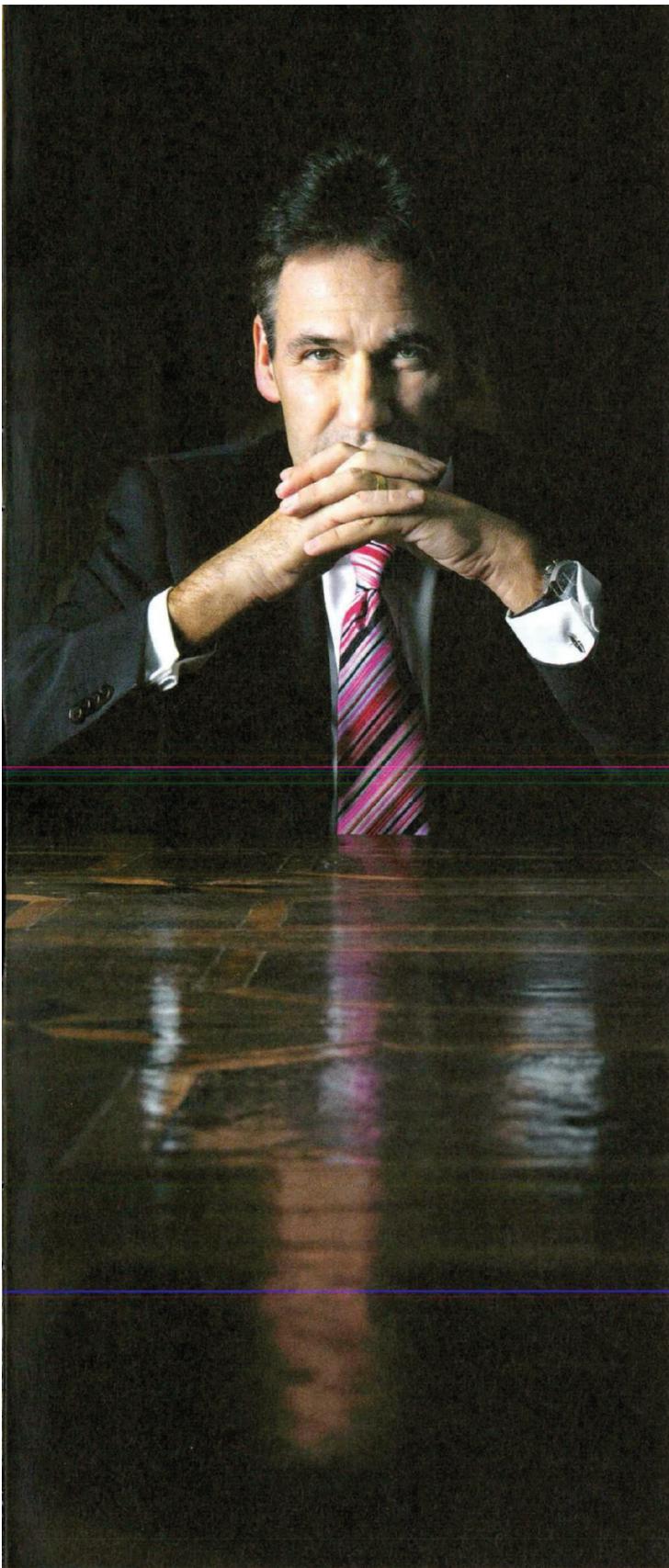
Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 2100

Imagem: S/Cor

Página (s): 36 a 38

8 OUTUBRO 2015 | S
SÁBADO • www.sabado.pt

Richard Susskind é professor na Universidade de Oxford, conselheiro governamental, e colunista do jornal *The Times*

“Pequenas disputas civis serão resolvidas online sem se apresentar perante um juiz”

“Quando disse que o email seria o meio de comunicação entre advogados e clientes quisera proibir-me de falar em público”

A SÁBADO é um dos parceiros da Legal Grand Conference e o seu director, Rui Hortelão, vai moderar um dos debates

o trabalho legal. Cabe-lhes trazer valor acrescentado que os clientes queiram pagar.

Como assim?

Os advogados falam e agem como se tivessem direito a um determinado fluxo de trabalho, mas a verdade é que trabalham num mercado, competem uns contra os outros e têm de oferecer serviços a preços que os clientes estejam dispostos a pagar. Se, por exemplo, as empresas de contabilidade conseguem providenciar a mesma ajuda aos clientes por metade do preço, então estes profissionais irão lutar pela sua sobrevivência.

Caminhamos no sentido de as pessoas se tornarem cada vez mais autónomas e defenderem-se a si próprias?

Em muitos países não haverá outra escolha. O financiamento público jurídico está a diminuir. As pessoas vão usar um serviço chamado resolução de litígios *online* (em inglês: *online dispute resolution* ou ODR). Ou seja, os juizes, em vez de deliberarem sobre pequenas disputas civis em tribunal, presencialmente, fazem-no com base em alegações escritas (que são produzidas e submetidas electronicamente). Se o juiz sentir necessidade de comunicar com as partes envolvidas no processo, irá fazê-lo por telefone ou videochamada. As queixas são revistas por profissionais, chamados de “facilitadores”, antes de chegarem ao juiz. Sempre que possível, estes profissionais tentarão resolver os problemas para que os clientes não tenham de contactar com os juizes.

Como serão então os julgamentos?

Do meu ponto de vista, a resolução de litígios *online* (ODR) destina-se sobretudo a processos civis e de direito de família. Os julgamentos de crimes graves continuarão a ter lugar nos tribunais ainda por muitos anos. A leitura de sentenças e as condenações são consideradas eventos socialmente significativos que devem

Entrevista

8 OUTUBRO 2015
SÁBADO • www.sabado.pt

ser conduzidos publicamente. Contudo, algumas audiências intercalares destes julgamentos poderiam ser feitas, remotamente, através de videoconferência.

Em 1996, quando publicou o livro *The Future of Law (O Futuro da Lei)*, denunciou que o principal meio de comunicação entre advogados e clientes seria o *email*. Houve quem achasse que isso era ficção. Que tipo de coisas ouviu?

A história mais caricata que me aconteceu foi ouvir um alto funcionário da Ordem dos Advogados inglesa dizer que eu não devia ter autorização para falar em público.

Porque acha que a Justiça, e os advogados, têm tanta resistência à mudança?

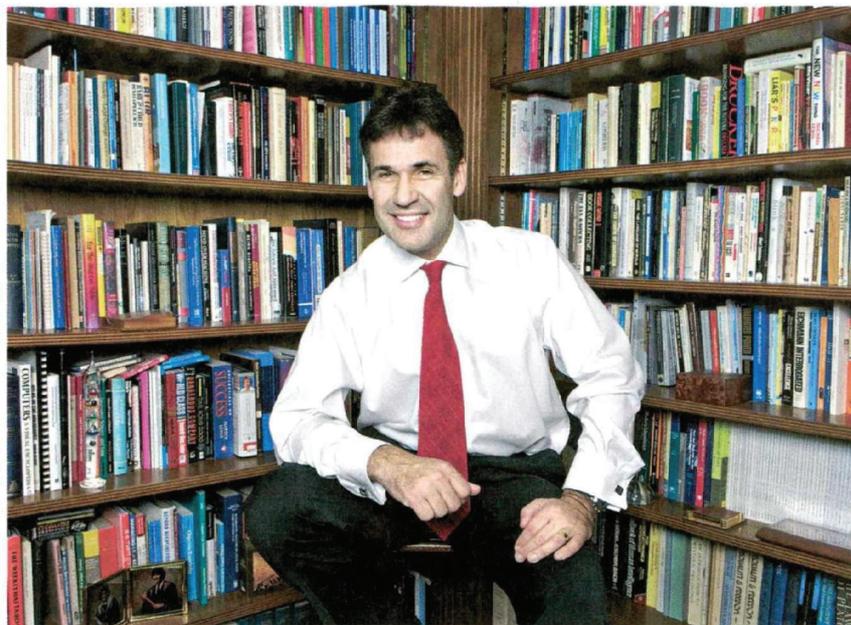
Os advogados são conservadores e têm sido pouco pressionados a mudar. Mas os clientes são agora cada vez mais exigentes, querem pagar menos pelos mesmos serviços.

Como se podem aplicar as novas tecnologias ao Direito?

Talvez o melhor exemplo seja a automação de documentos, em que os utilizadores respondem a uma série de questões e o sistema produz um documento com base nas suas respostas. Isto serve para qualquer tipo de documento legal. Imagine que quer elaborar um contrato de trabalho, o utilizador responde a uma série de questões sobre o contrato (o nome do empregador, a morada, a duração do contrato, o tipo de trabalho, etc.), e o sistema vai preencher automaticamente os espaços em branco tendo em conta um arquivo de decisões anteriores. Esta tecnologia já é amplamente utilizada no Reino Unido.

Também trabalha para o Governo inglês, como conselheiro para as Tecnologias da Informação do Lord Chief Justice, a principal autoridade judicial do país. Em que consiste este trabalho?

Desde 1998 que trabalho directamente com juízes seniores no sen-



Tem oito livros publicados sobre a advocacia digital e o seu trabalho está traduzido em 10 línguas

tido de ajudar na informatização dos tribunais.

Pode dar alguns exemplos concretos?

Estive à frente do grupo de trabalho que escreveu o relatório sobre a resolução de litígios *online* (ODR). Dou-lhe dois exemplos práticos que resultaram deste trabalho: o tribunal canadiano de resolução de litígios civis, um tribunal virtual que se destina a ser uma alternativa mais célere e menos dispendiosa, e que serve para resolver pequenos litígios relacionados com dívidas, recuperação de bens pessoais, disputas de condomínio, etc.; ou o tribunal de penas de trânsito inglês que, em situações de multas ou infracções de trânsito, permite às pessoas fazer um recurso, o *upload* de provas e acompanhar o processo e as audiências através de uma conta *online*.

Na série de televisão *The Good Wife*, os escritórios de advogados trabalham com robôs de telepresença (dispositivos controlados pela Internet que permitem que uma pessoa trabalhe ou estude à distância). É ficção ou isto já acontece na vida real?

Adoro essa série. Os robôs em questão já existem, mas não tenho conhecimento de que sejam usados em escritórios de advogados. Ainda,

Pode dar-me exemplos de outro tipo de tecnologias que já existem e que as pessoas desconhecem?

Existem programas, como o Big Data ou o Lex Machina (nos Estados Unidos), que prevêem o desfecho de decisões jurídicas com mais precisão do que os advogados. Ou seja, predizem as probabilidades de sucesso de um determinado litígio. Penso que esta é a questão que todos os clientes querem ver respondida: quais são as minhas probabilidades de ganhar? O sistema consegue responder a esta questão porque contém uma enorme base de dados com detalhes de decisões anteriores – os nomes dos juízes, dos escritórios de advogados, os tribunais envolvidos, o tema das disputas, o valor, etc. Esta previsão é feita com base numa análise estatística.

Que conselho daria a um advogado recém-licenciado? E a um veterano?

Está a pedir-me que resuma o trabalho dos últimos 30 anos numa só frase! Penso que, tanto a um como a outro, a ideia mais importante a transmitir é que, em vez de resistirem às mudanças, devem abraçá-las. Devem aprender mais sobre tecnologia e considerá-la relevante para o seu trabalho.

**Legal Grand Conference**

Terá como tema a advocacia digital. Fernando Pinto Monteiro e Pedro Rebelo de Sousa estão entre os oradores convidados